



MAIS PORTUGAL,  
MELHOR EUROPA

**INSPIRAR A EUROPA:**

*Uma Europa Solidária, Sustentável, Segura*

MANIFESTO ELEITORAL

**#EUROPEIAS2019**





# MAIS PORTUGAL, MELHOR EUROPA

## INSPIRAR A EUROPA:

*Uma Europa Solidária, Sustentável, Segura*

### 1. AS ELEIÇÕES EUROPEIAS SÃO DECISIVAS: MARCAM A DIFERENÇA!

**Estas são as mais importantes eleições europeias da nossa história democrática europeia e nacional.** Não podemos ficar indiferentes. Olhando para a situação da Europa (arrefecimento económico, Brexit, migrações, populismos, nacionalismos), olhando para a situação do mundo (alterações climáticas, evolução demográfica, mudanças na China e nos Estados Unidos, globalização, revolução digital); olhando sempre para a actual situação nacional (degradação acentuada dos serviços públicos, cortes nos fundos, investimento público baixíssimo, maior carga fiscal de sempre), **não podemos mesmo ficar indiferentes.** Há riscos, impasses e ameaças; mas há oportunidades, propostas e soluções. O PSD e a sua família política europeia, o PPE, estão do lado das oportunidades, das propostas, das soluções.

O voto no dia 26 de Maio de 2019 tem de dar uma resposta **afirmativa, enérgica e exequível** ao relançamento do projecto europeu. Em termos que garantam uma **Europa solidária, sustentável e segura.** Uma Europa que **cria oportunidades e prosperidade** para os cidadãos. Uma Europa que **protege as pessoas e respeita o modo de vida europeu.** Uma Europa que **se afirma no plano global.** Mas, muito em especial e no concreto do dia-a-dia, uma Europa que **serve para melhorar a vida dos portugueses.**

## 2. UM EUROPEÍSMO PRAGMÁTICO E REALISTA: COM MAIS PORTUGAL, MELHOR EUROPA

O PSD foi sempre **um partido pró-europeu**, defensor da democracia liberal, do modelo social europeu e da economia de mercado. Na Europa, batemo-nos pela solidariedade e coesão, pela prosperidade e bem-estar. **Liberdade e justiça social** constituem o núcleo essencial dos nossos **valores**. Acreditamos no projecto europeu, mas cultivamos um **“europeísmo realista”, que é crítico, pragmático e reformista**. Não cedemos, nem agora nem antes, à visão do “europeísmo utópico” ou “romântico” do PS e da família socialista, que inquina, paralisa e, muitas vezes, desacredita o processo de construção europeu, apontando para promessas e metas irrealizáveis.

O PSD recusa veementemente a vaga “nacionalista” e “populista” em curso, à esquerda e à direita, e, em especial, os sinais preocupantes de algumas derivas anti-democráticas, que têm aflorado em vários Estados-membros (com governos de várias tendências). **O Estado de Direito e os valores europeus da democracia** são, pois, **inegociáveis**. O PSD rejeita qualquer coligação, pacto ou transacção com forças extremistas de direita ou de esquerda ou forças radicais anti-europeias.

O PSD identifica-se com o manifesto e do programa adoptado pela sua família política europeia, o PPE. Mas o PSD não se exime a ter uma posição própria (em certos casos, dissonante), construída a partir de uma visão portuguesa da Europa e do próprio interesse nacional. O europeísmo luso-atlantista do PSD e a especificidade da visão portuguesa **exigem um reforço do peso de Portugal na União Europeia**. Reforçando o peso de Portugal na Europa, podemos defender melhor o interesse nacional e a visão solidária e aberta que temos da Europa. **Uma Europa mais solidária, mais sustentável, mais segura**. Com mais Portugal, podemos inspirar uma e aspirar a uma melhor Europa. Com o PSD, Portugal inspira a Europa. **Mais Portugal, melhor Europa**.

### 3. UMA EUROPA SOLIDÁRIA: *coesão social, económica e territorial*

#### # 1. Plano Europeu de luta contra o Cancro

O cancro é a primeira causa de morte em muitos países europeus. Estima-se que 4 em cada 10 Europeus vão enfrentá-lo durante a sua vida. Só 1 em cada 2 doentes sobrevive. O PSD e o PPE assumem como prioridade europeia, na área social, da saúde, da ciência e da inovação, a erradicação progressiva da doença através de um **Plano Europeu de luta contra o Cancro**. Este plano global (master plan) focar-se-á na potenciação da **conexão do conhecimento científico ao tratamento clínico** (hoje muito aquém do desejável). Para tanto, haverá um investimento maciço de recursos, desde logo na prevenção e na detecção precoce da doença (pelas vias da biomedicina e da rede de “big data” disponíveis). É plausível duplicar a taxa de cura de tumores malignos e subir a taxa de sucesso do cancro infantil de 80% para 90% em 10 anos. Será criada uma rede de profissionais, de autoridades de saúde e de associações de doentes num **Centro Digital Europeu de Combate ao Cancro**. O apoio aos doentes deve ser dado antes, durante e depois da intervenção clínica, incluindo o “direito digital ao esquecimento”. É fundamental reduzir e aplanar as enormes discrepâncias nos níveis de tratamento do cancro entre os Estados Membros, criando condições para, também através da telemedicina, **haver iguais capacidades em todas as regiões da Europa**. A ambição do Plano Europeu é que a UE lidere esta causa a grande distância de outras potências globais, tornando-se o espaço de referência na matéria. Esta alavanca social europeia deve articular-se estreitamente com o **Plano de Investimento 4.0**, que colocará a UE à frente dos seus competidores em matéria de supercomputadores e de *cloud technology*. Este progresso deve incorporar elevados padrões éticos e sociais, garantidos por um **Internet Think Tank**, que reflecta os nossos valores na era digital.

#### # 2. Adopção de uma Estratégia Comum para a Natalidade

Portugal é um dos países com maiores fragilidades, sendo o **quinto país mais envelhecido do mundo e o terceiro entre os Estados-Membros da União**. Em 2017, o índice de fertilidade português foi de 1,38, ou seja, o sexto mais baixo de toda a UE (cuja média é de 1,59) e muito abaixo do chamado ‘nível de reposição populacional’ de 2,1 nascimentos por mulher. O problema, porém, **não afecta apenas Portugal, mas todos os Estados-membros da UE**. Cura-se, por isso, de um domínio típico para uma **resposta política comum**. O PSD propõe e defende uma **Estratégia Europeia Comum para a Natalidade**, que, no futuro, com respeito pelos Tratados, possa mesmo evoluir para uma autêntica **Política Comum de Natalidade**.

A Estratégia Comum para a Natalidade implica a adopção de políticas com impacto directo no pilar social, designadamente **nas áreas da saúde, segurança social e educação**. Consistirá numa disciplina integrada das políticas de apoio às famílias e à infância, das redes escolar e de saúde infantil e parental, das políticas de conciliação da vida familiar e profissional, de flexibilidade laboral de pais e cuidadores, dos incentivos fiscais e da responsabilidade social das empresas. Visa combater o “inverno demográfico”, aliviando no médio prazo os fortes impactos negativos no mercado de trabalho, na sustentabilidade da segurança social e na renovação geracional e **deve articular-se estreitamente com a estratégia política para as migrações** (que seja inclusiva e eficaz).

O PSD propõe a realização de um grande fórum europeu (que envolva o Parlamento, o Conselho e a Comissão, bem como a sociedade civil europeia) para formular uma proposta de Estratégia Comum, a convocação de um Conselho Europeu unicamente dedicado à adopção dessa Estratégia Comum e a criação de uma formação do Conselho de Ministros da UE, para cuidar a título permanente, das questões da Demografia e Natalidade.

### # 3. *Garantia e reforço do Modelo Social Europeu*

Sem prejuízo da polarização em áreas concretas de política ou estratégia comum europeia no domínio social (luta contra o cancro, natalidade, apoio à juventude), o PSD considera prioritária a garantia e o reforço do Modelo Social Europeu – uma dimensão essencial e distintiva do estilo de vida europeu, que queremos respeitar e desenvolver. Neste contexto, é fundamental promover a implementação do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**. A promoção de níveis elevados de emprego, de protecção social adequada, da igualdade de oportunidades, do combate à pobreza e à exclusão social está no coração do modelo social europeu.

Em termos distintivos, o PSD defende um especial **valorização do setor da Economia Social**, que representa mais de 2 milhões de empresas e que emprega mais de 11 milhões de pessoas, criando designadamente um **estatuto europeu para as empresas sociais**. O reconhecimento do **estatuto europeu dos cuidadores informais**, que são responsáveis por cerca de 80% dos cuidados prestados, ao nível da União, a crianças, adultos ou idosos com necessidades específicas, deve ser um objectivo europeu. Em particular, dada o regime de voluntariado ou quase voluntariado dos cuidadores, defende-se, como “mínimo social”, o estabelecimento do seu direito à protecção social, quando estejam doentes ou atingem a idade da reforma.

Apoiaremos ainda todas as medidas **que promovam a protecção dos idosos** e estimulem o envelhecimento ativo da população e o aprofundamento da chamada ‘*economia de prata*’ (*silver economy*), tais como o desenvolvimento de uma rede europeia de serviços de apoio ao domicílio. **Igualmente fundamental o apoio à criança**, tendo em conta que 24,9% das crianças e jovens da UE até aos 17 anos estão em risco de pobreza ou de exclusão social. Um esforço especial deve ser posto no **combate o abandono escolar precoce**.

A defesa do princípio da igualdade de género, com especial enfoque na protecção das mulheres e no combate à violência e ao assédio, afigura-se prioritária e imperativa. Em face das discriminações subsistentes, é fundamental tornar efectiva a garantia do direito a salário igual entre mulheres e homens.

### # 4. *Juventude: emprego, formação, voluntariado e inovação*

A UE já reconhece **os jovens como os protagonistas principais da experiência da integração europeia**. Com o apoio liderante do PSD, o próximo Quadro Financeiro Plurianual ampliou largamente a escala dos programas europeus ao nível **da educação e formação (Erasmus +), da oportunidade de primeiro emprego (rede Eures) e do voluntariado (o novo Corpo Europeu de Solidariedade)**. O reforço maciço destes três programas põe dois desafios novos: o desafio da articulação entre eles e o da sua ligação à dimensão da ciência e inovação e do empreendedorismo. O PSD propõe, por isso, iniciativas destinadas à promoção do **Empreendedorismo jovem**, através da criação de linhas específicas nos programas de apoio ao investimento e da simplificação dos processos de candidatura.

No quadro do Erasmus +, a triplicação do orçamento deve originar um aumento do número de participantes, mas deve também permitir o acesso universal ao programa com a fixação de **bolsas de mobilidade adequadas à situação social do beneficiário e ao custo de vida da região** para que se desloca (eliminando as discriminações actualmente existentes). Ao reforço financeiro do programa “o teu primeiro emprego Eures”, que permitirá um acesso muito mais vasto a empregos, estágios e oportunidades de formação, deve somar-se o aprofundamento do programa “**Garantia Jovem**”, nomeadamente adaptando-o às novas realidades do mercado de trabalho. A criação do **Corpo Europeu de Solidariedade** permitirá que mais de 350.000 jovens prestem apoio, designadamente a comunidades e a pessoas em situação de necessidade através de acções de voluntariado, empregos ou estágios. Defendemos o alargamento da faixa etária elegível para o intervalo dos 16-35 anos.

O PSD e o PPE apoiam ainda fortemente o **DiscoverEU**, que garante aos jovens uma experiência de mobilidade temporária beneficiando de bilhetes gratuitos de **Interrail**. Propõe-se que esta oferta passe a revestir carácter universal, abrangendo todos os jovens que perfaçam 18 anos.

### **# 5. Desenvolver o potencial das Regiões Ultraperiféricas (RUP): uma exigência exemplar da coesão territorial**

A solidariedade territorial impõe uma especial consideração das especificidades das Regiões Ultraperiféricas (RUP). O PSD prossegue a **defesa intransigente dos interesses das nossas RUP** e vincula-se a combater todos os constrangimentos, obstáculos e dificuldades que se põem à sua plena participação no mercado interno.

Activos de excepcional valor para a União Europeia (pelas suas características geográficas e geológicas, mas também devido à sua biodiversidade e à dimensão das suas zonas económicas exclusivas) as **Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira** são laboratórios naturais privilegiados, detendo já um relevante capital em diversas áreas científicas e tecnológicas, que deverá ser maximizado através do **apoio às universidades e aos centros regionais de investigação e inovação** e da aposta em sectores mais inovadores, como a **biotecnologia azul e as energias renováveis**.

Para além da preservação dos apoios concedidos ao abrigo da política de coesão e dos instrumentos financeiros específicos no sector da agricultura, defendemos que o programa de compensação dos custos suplementares no sector das pescas se deve autonomizar do FEAMP.

Continuaremos a apoiar todas as **medidas concretas para o desenvolvimento dos sectores tradicionais**, para a protecção dos produtos regionais, das PME insulares, da pesca artesanal e para a **concretização do potencial associado à economia do mar**. Neste contexto, **proporemos a criação de um centro de combate à poluição marinha numa das RUP Portuguesas**, que possa trabalhar em conjunto com a **Agência Europeia de Segurança Marítima**, sediada em Lisboa, e em interligação com as redes europeias científicas, académicas e empresariais.

## **# 6. Não regredir na coesão territorial, económica e social: não aceitar os cortes na política de coesão e de agricultura**

O maior activo da UE é a **coesão territorial, social e económica**. A proposta da Comissão Europeia para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027) é desastrosa para Portugal e põe em causa as prioridades da coesão e da convergência em toda a União. O Governo PS conformou-se com essa proposta, dizendo agora que ela representa um ganho. **Nos fundos da política de coesão, ela traduz-se numa perda de 7%**, cerca de 1600 milhões de euros (enquanto países mais ricos, têm ganhos percentuais e substanciais). **Na política agrícola comum, os cortes alçam aos 10% no primeiro pilar** (pagamentos directos, 450 milhões de euros) e **aos 1200 milhões no segundo pilar** (desenvolvimento rural, mais de 25%). No Parlamento Europeu, o PSD liderou, dentro e fora do Grupo PPE, a iniciativa que fixou a posição já aprovada como mandato para negociação de **recusa de qualquer corte** na política de coesão, na PAC, no POSEI (regiões ultra-periféricas), no FEAMP e nas ajudas de mercado.

Portugal, com este Governo PS, viu descer investimento público a níveis baixíssimos e não fez qualquer reforma estrutural. Os enormes cortes nos fundos de coesão e da PAC prejudicam gravemente Portugal (e a UE como um todo), ainda mais com estes níveis de investimento e omissão reformista. **O PSD não se conforma com nem aceita os cortes na coesão e na PAC e assume o compromisso de os evitar a todo o custo.**



## 4. UMA EUROPA SUSTENTÁVEL: *crescimento, ambiente, convergência e desenvolvimento*

### *# 7. Alterações climáticas, descarbonização, economia circular e papel liderante da UE*

As alterações climáticas **são um dos maiores desafios, senão o maior desafio global**, do tempo presente. O PSD realça o papel que é desempenhado pela **produção e consumo de energia**, a par de outros sectores como a produção de alimentos, a gestão de resíduos, o uso do solo ou a gestão das cidades. O PSD apoia incondicionalmente o **papel liderante da UE** na agenda de combate às mudanças climáticas e une-se umbilicalmente à luta das gerações **jovens** neste domínio. O PSD considera os compromissos do Acordo de Paris sobre o Clima como um ponto de partida irrenunciável da agenda ambiental.

O PSD apoia a reorganização da vida em sociedade e da actividade económica e empresarial exigidas pela necessidade de **reduzir as emissões de gases com efeito de estufa** a nível mundial em 50 % até 2050, o que representa uma redução de, pelo menos, 80 % das emissões de gases com efeito de estufa no mundo industrializado. Nesse sentido, a UE deve liderar a transição da economia linear para a **economia circular e hipocarbónica**. O PSD apoia a realização de projetos piloto na área da economia circular, em sectores como a construção civil, a metalomecânica ou a agricultura, em particular nas áreas da vinha e do vinho tão relevantes para a economia nacional.

O PSD defende o estabelecimento de metas exigentes mas credíveis para a **transição global para uma sociedade de carbono neutro**. Nesta medida, apoiámos o desenvolvimento de regiões de carbono neutro, canalizando os fundos europeus estruturais e de investimento para soluções sustentáveis e de baixo carbono. Propõe uma acção na área dos **“edifícios mais verdes, mais saudáveis e mais eficientes”**, bem como uma iniciativa para um transporte limpo e de baixo carbono, incluindo investimentos, desenvolvimentos tecnológicos e medidas inovadoras no domínio dos transportes rodoviários sustentáveis. A combinação da **substituição dos combustíveis fósseis pela eletricidade** no sistema de transportes com o potencial de flexibilização que a digitalização permite, nomeadamente novas formas de mobilidade partilhada e “suave” como as bicicletas, deve ser promovida pelos Programas Europeus.

Em linha com a valorização da economia “azul”, propõe-se a criação numa das nossas Regiões Ultraperiféricas **de um centro de combate à poluição marinha** e uma acção **‘Missão Oceano Limpo’**, para que os oceanos sejam seguros, livres de plásticos e geridos de forma sustentável.

O PSD apoia uma **União da Energia** que garanta que o **aprovisionamento energético da Europa é seguro, limpo e acessível**. O PSD compromete-se com os cinco objectivos da **Estratégia da UE para a União da Energia** e a lutar pela consecução das novas metas definidas no Pacote **“Energia limpa para todos os europeus”**, aprovado em Dezembro de 2018, incluindo a aposta nas energias renováveis e na eficiência energética. Em sede de energia, é fundamental garantir a transparência e a acessibilidade na formação dos preços, bem como o acesso ao aprovisionamento seguro. Para Portugal e para a Europa, é fundamental garantir, por motivos de segurança e de diversificação de fontes, **as interconexões da Europa Central à Península Ibérica**.

O PSD valorizará os recursos endógenos, privilegiando projectos de **energia solar** e de utilização da **biomassa**. O PSD defende que as políticas públicas portuguesas e europeias fomentem a **criação de empregos qualificados** em novas fileiras industriais competitivas, de serviços e de I&D, tal como foi conseguido com sucesso na **energia eólica**.

### **# 8. Agricultura: inovação, sustentabilidade, justa remuneração e atractividade; missão floresta**

**A modernização e a valorização da agricultura assumem importância estratégica para o PSD.** Pelo relevo de que se reveste na criação de emprego, no reforço da segurança, qualidade e autossuficiência alimentar e na fixação das populações nas regiões remotas, de baixa densidade populacional e nas RUP. Por isso é primordial que se **garanta um nível de financiamento adequado do sector. Rejeitamos** liminarmente a proposta de reforma da Política Agrícola Comum e **os enormes cortes previstos para Portugal** (10% e 25%, nos primeiro e segundo pilares respectivamente).

Em sede de **alterações climáticas e preservação ambiental**, é preciso garantir o financiamento da agricultura de precisão e permitam cumprir as **novas condições e exigências** para os agricultores no âmbito da PAC. Tendo em conta a **escassez de água** com que o nosso país se tem confrontado nos últimos anos, é crucial que se lancem mais iniciativas que garantam o **apoio a projetos de irrigação e regadio**, captação e armazenamento de água em Portugal.

Haverá que incentivar o investimento na inovação, investigação, evolução tecnológica e digitalização, aproveitando as **sinergias com o Horizonte 2020** e o seu sucessor, **o Horizonte Europa**, no quadro do qual foi proposta a criação de uma linha de financiamento adicional. Entre as prioridades do sector, tem de integrar-se cada vez **mais o trajecto para a “autossuficiência alimentar” da UE e de Portugal**, em particular.

A garantia de **uma justa remuneração aos agricultores** que, na maioria dos casos, apenas recebem uma diminuta percentagem do valor do produto final, deve erigir-se num **desígnio europeu**. Eis o que implica uma atenção especial **à transparência na formação de preços ao longo da cadeia alimentar**. É importante fomentar a renovação no sector e atrair jovens e “novos entrantes” para a agricultura, proporcionando-lhes condições atrativas para o início de actividade.

É fundamental apostar na silvicultura e na valorização e ordenamento das nossas florestas, no seguimento da **“Nova Estratégia da UE para as Florestas e o Sector Florestal”**, aproveitando para tal os fundos do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), que têm sido largamente desperdiçados por Portugal. Deve mesmo criar-se uma **prioridade europeia para a Floresta – Missão Floresta’**, – que promova em simultâneo o rendimento dos proprietários, a sustentabilidade ambiental e o combate aos incêndios. Deve ser realçado o papel de “sumidouro de CO2”, combinando a biomassa com tecnologias de ponta, como é o caso do CCU (*Carbon Storage and Utilisation*), por forma a desenvolver sistemas com balanço negativo de CO2.

### **# 9. Uma Política Europeia de Mar e Pescas orientada para a economia “azul”**

O **acesso privilegiado de Portugal ao oceano** encerra um enorme potencial de desenvolvimento para criar mais e melhor emprego e impulsionar a economia

nacional. O PSD defende, pois, um objectivo político transversal e transdisciplinar que inscreva **os Oceanos no topo da agenda política europeia**.

Esse desígnio implica, à partida, o **aumento da competitividade e sustentabilidade dos sectores tradicionais**, com prioridade para a pesca costeira e artesanal, e para a modernização dos equipamentos - como resulta da posição recentemente aprovada pelo Parlamento Europeu para o FEAMP (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas).

Deve definir-se um plano de **investimento para a economia azul**, que se centre decisivamente na aposta na digitalização, inovação e biotecnologia azul, na exploração dos fundos oceânicos, nas energias renováveis e na aquicultura. Tudo isto **sem descurar os aspectos sociais ligados à política das pescas**, como sejam o incremento das competências dos pescadores e a diversificação do seu rendimento através de atividades complementares, bem como a responsabilidade coletiva pela preservação e sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente aquático.

### **# 10. A Rede transeuropeia de transportes e a sua projecção em Portugal**

A Rede Transeuropeia dos Transportes (RTE-T) é um factor determinante para o **aumento de competitividade** e uma pedra angular da integração europeia funcionando como **instrumento de aprofundamento do mercado interno**, crescimento económico e criação de emprego, contribuindo também para a descarbonização da economia.

O PSD defende o reforço dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), bem como do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) com vista ao desenvolvimento e modernização das infraestruturas de transporte.

Portugal encontra-se inserido no corredor Atlântico da RTE-T, onde ocupa uma posição estratégica como centro de conectividade multimodal dentro das Redes Transeuropeias. Este seu posicionamento privilegiado deve ser aproveitado e, na próxima revisão da RTE-T, é importante assegurar a **inserção de mais infraestruturas e troços na rede principal**, por forma a alavancar a economia portuguesa.

Em sede de **transporte ferroviário**, matéria em que o Governo PS falhou clamorosamente, estão por concretizar as ligações dos portos e da ferrovia portuguesa ao restante território europeu. A conclusão das ligações com Espanha, a electrificação mais célere das linhas e a compatibilidade da bitola ibérica em todas as linhas internacionais são cruciais para desbloquear o transporte de mercadorias.

No sector da **aviação**, deve dar-se prioridade à **conclusão do espaço único europeu**, bem como à ligação aos aeroportos regionais. Para promover a revitalização e competitividade do transporte **marítimo**, o PSD defende uma Agenda Marítima, que assegure a adaptação do sector às exigências da inovação e descarbonização e, bem assim, todas medidas tendentes ao reforço das auto-estradas do mar.

Como medidas transversais aplicáveis a todos os tipos de transportes, propõe-se uma **Agenda para os passageiros**, onde reveste particular urgência a definição de regras comuns e objectivas sobre a política de **bagagens de mão nas companhias aéreas** que voem de/e para a Europa, bem como a criação de **bilhetes únicos europeus intermodais**.

Relativamente aos **veículos automatizados interoperáveis**, sustenta-se o estabelecimento de regras comuns, que possibilitem a aplicação da tecnologia 5G.

No âmbito do transporte **rodoviário**, o PSD defende regras mais justas e equitativas para os motoristas e empresas, mas não aceita regras protecionistas que, privilegiando os Estados-membros centrais, ponham em causa o sector exportador português.

### # 11. A Ciência e Inovação como factores críticos do desenvolvimento

Na Europa estão muitas das melhores unidades de investigação científica do Mundo, muitos dos investigadores com maior sucesso (entre os quais distintos portugueses) e o maior programa de investimento na Ciência e na Inovação – o **Horizonte 2020** – que foi superior e eficazmente dirigido pelo **Comissário português Carlos Moedas**. A ciência e a inovação são os factores críticos do aumento da competitividade focada na criação de emprego, do crescimento económico e da melhoria da qualidade de vida.

**O PSD quer que a União Europeia seja líder na Ciência e na Inovação**, designadamente no campo da Inteligência Artificial, robótica, biomedicina, *big data* (grandes volumes de dados) e engenharia da mobilidade. **Apoiamos o reforço do Horizonte Europa** – o novo programa de investigação e inovação, que terá por base o grande sucesso alcançado pelo Horizonte 2020 – para os 120 mil milhões de euros, nos termos propostos pelo Parlamento Europeu.

O PSD defende que novo EIC (Conselho Europeu de Inovação), actualmente em fase piloto, possa funcionar como um balcão único, que permitirá levar inovações disruptivas do laboratório para a fase de aplicação e ajudar as *startups* e as PME a desenvolver as suas ideias.

### # 12. O aprofundamento do mercado interno ao serviço das pessoas, dos trabalhadores e das empresas

**O desenvolvimento e aprofundamento do mercado interno** é imperioso para o crescimento e a sustentabilidade das políticas públicas europeias. É fundamental eliminar as barreiras que subsistem, designadamente no mundo digital (o fim do *roaming* é aqui paradigmático). É essencial o **desenvolvimento do comércio electrónico e transfronteiriço**, garantindo o acesso dos cidadãos europeus, **independentemente da sua localização geográfica**, a um leque alargado de serviços e produtos, sem discriminação de preços, mesmo nas regiões mais remotas e de baixa densidade. É muito importante proceder à aplicação rápida das medidas previstas no **Regulamento Cibersegurança**, em particular no que diz respeito ao mandato permanente da **Agência Europeia de Cibersegurança** e à **criação de um sistema europeu harmonizado de certificação** da cibersegurança. Do mesmo modo, defendemos o reforço da acessibilidade digital e o **alargamento da Iniciativa WIFI4EU**, de forma a promover um **acesso cada vez mais abrangente à internet**. Este objectivo é coerente com a necessidade de garantir a igualdade de acesso dos cidadãos a serviços públicos essenciais (tendencialmente mais digitalizados). No âmbito da **Agenda Europeia para a Economia Colaborativa**, o PSD estimula o estabelecimento de princípios e orientações comuns que promovam o desenvolvimento dos novos modelos de negócio da economia colaborativa, as-

segurando ao mesmo tempo a **proteção dos direitos dos consumidores e dos trabalhadores**.

O PSD inspira-se na vaga da “regulação inteligente” e, por isso, defende **menos, mas melhor legislação**, que contribua decisivamente para **eliminar a burocracia excessiva**, promover a simplificação administrativa e libertar as empresas, e particularmente as **PME**, de encargos regulamentares desnecessários. No mesmo sentido, defenderemos todas as iniciativas destinadas a promover o **desenvolvimento da administração em linha**, uma **contratação pública mais transparente** ou a **interoperabilidade dos serviços públicos** à escala europeia.

A estratégia de **apoio ao empreendedorismo**, às **startups**, novas **PME** e **indústrias** tem que ser complementada pela criação de condições e incentivos adequados. O foco deve, pois, incidir **não apenas na criação das empresas, mas também no respetivo crescimento** através do apoio a projectos de *scaling up*.

O PSD aposta numa agenda **reindustrialização**, que privilegie os investimentos na área da inovação disruptiva, mercado digital e tecnologias com aplicação empresarial, bem como os investimentos limpos e amigos do ambiente. A **concretização do Mercado Único Digital**, a **transição para uma energia limpa** e o **desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA)** representam a grande oportunidade de promoção de crescimento e desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta que a “*quarta revolução industrial*” requer currículos educativos adequados, tem de haver uma **maior cooperação entre os centros de conhecimento e de investigação europeus** e uma aposta na **promoção da literacia digital e requalificação profissional**, particularmente através de programas específicos de formação e de aprendizagem ao longo da vida. Apoiamos a **criação de um Instituto Universitário Europeu 4.0**, que possa aprofundar os estudos já existentes sobre o impacto ético das inovações disruptivas, privilegiando uma abordagem que coloque as pessoas no centro do desenvolvimento da IA.

O PSD defende uma **política europeia de protecção dos consumidores** que se traduza na definição de padrões elevados para alimentos, na segurança dos produtos, e no alargamento e harmonização de direitos e que responda aos desafios da digitalização da economia e do consumo. Especialmente importante é o respeito pelas garantias constantes do “**Novo Acordo para os Consumidores**”.

### **# 13. InvestEU: pôr o novo plano de investimentos ao serviço do crescimento e do emprego**

O **InvestEU** é o **novo plano de investimentos para a Europa** inspirado no sucesso do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, também conhecido como **Plano Juncker**. Tem como objectivo mobilizar o investimento público e privado para apoio a projectos em áreas cruciais para a economia portuguesa (as infraestruturas sustentáveis, investigação, inovação e digitalização, PME, investimento social e competências), podendo vir a mobilizar um total de **700 mil milhões de EUR**.

No Parlamento Europeu, o PSD apoiou os novos objectivos deste programa de fomento do crescimento e do emprego na UE, em particular, a simplificação (fusão dos 14 programas financeiros atualmente existentes num único instrumento) e

com o reforço da plataforma de aconselhamento, que permitirá facilitar o acesso de todas as regiões e de projectos mais pequenos, contribuindo para um melhor equilíbrio geográfico. O PSD liderou e conseguiu também introduzir no programa **o objectivo da coesão territorial, económica e social como critério para a aprovação dos projetos**. Trata-se de um princípio fundamental que, de resto, se articula com a linha vermelha traçada em sede de políticas de coesão.

O PSD apresentará propostas para que seja **alargado o âmbito da plataforma de aconselhamento** para **melhor apoiar o investidor** no processo de preparação de candidaturas, nomeadamente para os territórios com mais dificuldade de atração de investimento.

Consideramos igualmente fundamental que a **Instituição Financeira de Desenvolvimento (Banco de Fomento)** seja revitalizada e usada em toda a plenitude, por forma a facilitar a utilização de todas as possibilidades oferecidas pelo *InvestEU* em prol do aumento da competitividade da economia nacional. Esta é sem dúvida uma das falhas notórias da governação socialista.

#### **# 14. Comércio Internacional: crescimento com respeito por direitos humanos, protecção social e ambiental**

Em matéria de comércio internacional, a UE deve promover uma maior abertura aos mercados externos, por via da assinatura de **Acordos Comerciais Abrangentes**, como forma de impulsionar o crescimento económico e a criação de emprego nos Estados-Membros e países parceiros. Não pode, no entanto, prescindir da afirmação dos padrões e valores europeus à escala global, devendo continuar a pugnar, no quadro mundial, pela protecção dos direitos humanos, o respeito das regras laborais, sociais e ambientais, a defesa do consumidor, da saúde pública e a boa governação.

A ajuda ao desenvolvimento, o comércio internacional e as parcerias externas com a UE têm de estar subordinadas a princípios de dignidade humana como a **promoção da igualdade de género** e a **abolição total do trabalho infantil** e a critérios de responsabilidade ambiental.

O PSD é firme na defesa de uma política comercial ambiciosa e um comércio livre e equitativo, de forma a criar novas oportunidades de negócio para as empresas. Contudo, é essencial garantir a necessária **protecção contra práticas comerciais desleais**, nomeadamente com **instrumentos anti-dumping** e **anti-subsídios** eficazes, e salvaguardar os sectores estratégicos da economia nacional.

Num mundo cada vez mais global e interdependente assume ainda particular importância a **protecção das Indicações Geográficas** e a defesa e promoção externa dos sectores mais tradicionais das nossas regiões, como activos endógenos que tornam os nossos territórios únicos e distintos e que contribuem para um desenvolvimento territorial coeso e sustentável, para o aumento da competitividade e para a fixação da população.

### **# 15. Concluir a reforma da Zona Euro: criação da capacidade orçamental e uma prioridade para a coesão económica**

O PSD considera, de há muito, prioritária, a **consolidação da União Económica e Monetária (UEM)** para assegurar a coesão económica, garantir a convergência e a competitividade da zona euro e melhorar a sua resiliência em matéria de absorção de choques simétricos e assimétricos. Apoia, pois, a **criação de uma capacidade orçamental para a zona euro** e defende que se desenvolvam mecanismos de estabilização automática, organizando mesmo um **sistema de seguro-desemprego da UE**. Sustenta também a proposta de criar, no âmbito do novo Quadro Financeiro Plurianual, um **Programa de Apoio às Reformas**, que visa apoiar os governos dos Estados-Membros e as autoridades públicas, mediante um pedido de assistência técnica ou a apresentação de propostas de compromissos de reformas estruturais sustentáveis. No contexto do aprofundamento da UEM é urgente e inadiável a **conclusão da União Bancária** com a **criação de um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos** – o pilar essencial ainda em falta, a par dos existentes Mecanismo Único de Supervisão e Mecanismo Único de Resolução –, e o estabelecimento, no prazo mais curto possível, do mecanismo de apoio comum – o designado *backstop* – para o Fundo Europeu de Resolução.

### **# 16. O orçamento da EU: prioridade ao combate à evasão e elisão fiscal; não a impostos europeus, sim a recursos próprios**

A UE tem um orçamento com responsabilidades crescentes e urge cobrir a **diminuição da receita** líquida anual provocada pela superveniência do Brexit. Num contexto em que a distinção entre contribuintes e beneficiários líquidos tem alimentado os discursos populistas, a **criação de novos e verdadeiros recursos próprios**.

O **reforço do combate à fraude, evasão e elisão fiscal**, que comporta perdas anuais para a UE de cerca de 1 bilião de euros anuais (ou seja, o equivalente a cerca de 7 orçamentos anuais), é absolutamente decisivo e determinante. Temos ainda que exigir mais harmonização - o que não significa uniformização - e uma ação conjunta e coordenada dos Estados Membros para evitar estas perdas e proporcionar mais receitas para os orçamentos nacionais e europeu, melhores serviços públicos, menos impostos para os cidadãos e uma concorrência leal no mercado interno.

No seguimento do que tem sido o trabalho do PSD no Parlamento Europeu, também **defendemos a reforma do actual sistema**, baseada na manutenção dos recursos próprios já existentes, designadamente os direitos aduaneiros, com eventual redução da quota-parte das despesas de cobrança retida pelos Estados Membros e na simplificação do recurso próprio baseado no IVA com a introdução de uma taxa de mobilização uniforme. O PSD sustenta ainda que **parte dos lucros do BCE devem constituir receitas próprias** da UE e devem financiar a capacidade orçamental para a zona Euro. **O produto das multas aplicadas pela Comissão** deve também ser tratado como uma verdadeira receita própria que é, não podendo ser trasladado para a esfera dos Estados.

A reforma dos recursos próprios **não pode passar pela criação de Impostos Europeus**, solução que o PSD rejeita categoricamente. Nem sequer pela abolição da regra da unanimidade em matérias fiscais como resulta manifesto das posições oficiais assumidas em várias sedes, salvaguardando sempre o princípio da soberania fiscal. Assim, o PSD apoia a regra da unanimidade, que garante sempre a uma intervenção do parlamento nacional. Qualquer contribuição na área das transacções financeiras ou das plataformas digitais, com uma parte da receita alocada à EU, só pode ser criada depois de acordo unânime e com base numa lei parlamentar nacional. Acresce que é jurídica e tecnicamente errado falar a esse em impostos europeus, por incompatibilidade com os Tratados. Deste modo se garante igualmente que eventuais novos recursos próprios não impliquem um aumento da carga fiscal global que incide sobre os contribuintes europeus.



## 5. UMA EUROPA SEGURA: *estabilidade, segurança, abertura e liderança*

### *# 17. Por uma verdadeira Força Europeia de Protecção civil*

Tragédias recentes (incêndios, tempestades, terremotos, emergências ambientais) tornaram evidente a insuficiência de respostas nacionais a estas catástrofes. O PSD desencadeou directamente no PE, depois do incêndio de Pedrógão, a reforma do **Mecanismo Europeu de Protecção Civil**, que, pela primeira vez, prevê uma reserva de activos operacionais próprios da União (o **RescEU**). Actuará sempre que os meios nacionais ou os recursos partilhados no âmbito da **Reserva Europeia de Recursos de Protecção Civil** se mostrem insuficientes.

Desde o início, porém, o PSD quer ir mais além e pretende que o Mecanismo evolua para uma verdadeira **Força Europeia de Protecção Civil**, que actue a **título permanente** e esteja presente em todas as situações de necessidade, assente num sistema misto e descentralizado, **que permita a cada Estado Membro especializar-se** e ser co-financiado em função das suas carências e dos desastres a que se encontra mais exposto. A criação desta Força Europeia e a sua articulação com os níveis nacionais deve articular-se com o **Plano de Investimento 4.0**, e dado o tipo de equipamento requerido, integrar e reforçar a indústria e o “mercado europeu da defesa”. O PSD defende que **Portugal possa albergar uma das bases operacionais** desta nova Força.

### *# 18. Mais segurança e defesa europeia; não ao exército único*

O PSD defende uma **Política Externa e de Segurança Comum (PESC)** e uma **Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)** sem duplicação de recursos e na base da cooperação entre a União Europeia e a NATO, **valorizando a vocação atlântica de Portugal**. Defendemos a criação de um **mercado único de defesa**, que promova o crescimento económico e a criação de emprego, uma utilização mais eficiente do dinheiro público, bem como uma contratação pública mais ajustada às necessidades de cada Estado-Membro. O **Fundo Europeu de Defesa (FED)** desempenha aqui um papel central fomentando **o desenvolvimento conjunto das capacidades de defesa, a criação de economias de escala** e criando uma indústria europeia da defesa forte. Neste quadro, salienta-se a missão da **Agência Europeia de Defesa (AED)** e, sobretudo, o estabelecimento de uma **Cooperação Estruturada Permanente (PESCO)** no domínio da Defesa, que deve estar coordenada com a NATO e salvaguardar a colaboração especial com o Reino Unido.

Defendemos uma força europeia com capacidade para participar em operações de manutenção de paz e na prevenção de conflitos; **rejeitando-se categoricamente a criação de um exército único europeu ou algo de equivalente**, privilegiando uma Europa mais atlântica e coesa, menos continental e centralizada. Em sintonia com esta posição terminante, o PSD defende, no domínio da PESC, a **manutenção da regra da unanimidade** nas votações do Conselho. Numa matéria tão sensível, os Estados-Membros devem manter um poder de veto, ainda que exercido de um modo responsável e prudente.

## **# 19. Uma Europa que protege: liberdade de circulação, cooperação policial e judicial, fronteiras seguras**

No Mundo instável em que vivemos, onde se banalizam as tensões, a violência e o terrorismo, a **segurança de pessoas e bens é um valor inestimável. Queremos uma Europa que protege** e não uma Europa onde a segurança comum dos cidadãos é apenas deixada à responsabilidade isolada de cada Estado-Membro. Proteger os europeus significa garantir a liberdade de circulação em segurança, uma melhor cooperação policial e judicial, melhorar o controlo das fronteiras externas.

A ameaça do terrorismo, o aumento do crime transnacional, o tráfico de seres humanos, o rapto de crianças e o recrudescimento do cibercrime exigem um aumento da **cooperação entre as polícias** dos vários Estados-Membros. Para tal o PSD defende uma efectiva **partilha de informação**. A implementação do novo Sistema de Informação Schengen (“**SIS**”) deve ser uma realidade nos próximos dois anos. É fundamental prosseguir a reforma o Sistema Europeu de Vistos (“**VIS**”) e do Sistema “**Eurodac**” de comparação de impressões digitais. **Melhor informação é mais cooperação.**

O PSD apoiará todas as medidas que contribuam para reforçar o espaço de livre circulação sem fronteiras internas e defende a **melhoria do Mecanismo de Avaliação de Schengen** que permite detectar e corrigir deficiências nos controlos das fronteiras externas. A grande maioria dos cidadãos europeus consideram a liberdade de circulação e o espaço Schengen o maior sucesso do projeto de integração europeia; temos de **preservar e defender Schengen.**

O Mediterrâneo é já a fronteira mais mortal do mundo. A UE deve **reforçar a sua presença no Mediterrâneo**, nomeadamente através de operações conjuntas com a **Agência Europeia de Fronteiras e Costeira (Frontex)**. Em paralelo, esta agência tem de começar a aplicar as suas novas competências e os Estados-Membros de prover os meios necessários.

A UE tem de reformar a legislação relativa ao asilo e **criar um verdadeiro espaço único de asilo na Europa**. É necessário desenvolver um mecanismo de redistribuição de pedidos de asilo automático e de harmonizar as condições de acolhimentos e os critérios de reconhecimento deste estatuto. Para o efeito, o PSD defende a **criação urgente de uma verdadeira Agência Europeia para o Asilo** com os meios humanos e operacionais adequados, tal como o Parlamento Europeu aprovou e que continua à espera de uma decisão positiva do Conselho. Em paralelo, e também com a ajuda da Frontex, a União deve **tornar mais eficaz a sua política de retorno**. Apenas se pode proteger quem realmente precisa, se quem está ilegalmente no território for devolvido ao país de origem. Para isso, a Diretiva retorno deve ser reformada com a maior brevidade.

A EU tem de agir de forma robusta, pronta e coordenada na luta contra os crimes de natureza eminentemente transfronteiriça. Para tal, a **Procuradoria Europeia** deve entrar em funcionamento o mais rapidamente possível e o **seu mandato alargado à luta contra o terrorismo.**

Os **ataques informáticos têm impactos anuais de 400 mil milhões de euros** na economia mundial. Em alguns Estados-Membros, constituem já metade dos crimes cometidos anualmente. **O cibercrime não se compadece com fronteiras** e exige por isso uma abordagem europeia que proteja cidadãos, empresas, serviços

públicos e infraestruturas críticas do Estado. O PSD apoiou e defendeu um **reforço da Agência da União Europeia para a Segurança das Redes e da Informação** no sentido de a transformar numa verdadeira Agência para a cibersegurança e o aumento de poderes da **Europol**. Padrões elevados de cibersegurança para todo o continente europeu são essenciais para o **aprofundamento do Mercado Único Digital**, a confiança dos consumidores e o desenvolvimento da economia digital europeia. O PSD apoiou o **Acto Europeu para a cibersegurança** e defende a sua rápida implementação.

## **# 20. Rejeição da abolição da regra da unanimidade em matéria de política externa**

O PSD recusa o fim da unanimidade na área da política externa. Mesmo diante da posição do PPE e da Comissão Europeia, que acaba de “sugerir” a transição para a maioria qualificada em em três domínios específicos. Portugal, tendo em conta a imprevisibilidade da situação internacional, tendo em conta o Brexit (em que o nosso parceiro atlântico tradicional vai deixar a União), tendo em conta a nossa vocação lusófona, atlântica, africana e asiática, não pode prescindir de uma posição de veto como último recurso. Na verdade, Portugal hoje conta, para muitos países do mundo, porque tem um voto, uma voz e um veto nas posições internacionais da União Europeia. Dando um exemplo muito concreto, provavelmente Timor-Leste não seria hoje independente, se as decisões política externa da União não fossem tomadas por unanimidade. A pergunta que fica é: o que pensa o Governo e o PS, que aqui têm sempre revelado ambiguidade.

## **# 21. Posição do PSD quanto ao Brexit**

A saída do Reino Unido é muito negativa para ambas as partes, pelo que PSD acolheria sempre positivamente uma reversão do Brexit. O arrastamento de uma solução tem agravado a instabilidade e imprevisibilidade. Para todos os países da União e para os britânicos, há um impacto fortíssimo na esfera das **pessoas e da sua liberdade de circulação**, de trabalho e de estabelecimento. O mesmo vale para as empresas de todos os sectores, com reflexos imediatos no **turismo e nas exportações**. Este é um passivo comum a todos. Para Portugal, há um desvalor adicional: **a perda geopolítica**. Como país atlântico, extrovertido, marítimo, voltado para a África, as Américas e a Ásia, a perda de um aliado como o Reino Unido vai reflectir-se no alinhamento político e nas políticas específicas da UE, com prejuízo para a visão portuguesa.

O Governo português falhou, desde logo, ao não perceber esta perda geopolítica e não criar uma estratégia comum com os países da fachada atlântica (Suécia, Dinamarca, Holanda, Irlanda, Bélgica) e continuar fechado no clube MED. **O PSD apoiará a “institucionalização” de cimeiras do “clube Atlântico”** (que, de resto, já formou no âmbito do PPE). Quanto ao plano de contingência, ele pura e simplesmente não existe. O que existe é um documento de reconhecimento recíproco de direitos, mas que é estruturante e permanente (licenças de condução, habilitações, acesso a serviços de saúde, etc). Esse é um bom documento, mas não é de contingência (é de permanência). Neste momento de enorme incerteza para cidadãos e empresas o que se esperava era um reforço maciço do apoio consular, da disponibilização de informação, da criação de condições de atractividade para o regresso a Portugal. Nada está a ser feito nesse capítulo. Um duplo fracasso, portanto: na assistência de curto-prazo e na visão de longo prazo!

## **# 22. Presidência portuguesa: primeiro semestre de 2021**

O PSD considera que a África deve ser uma – uma entre outras – das prioridades da próxima presidência portuguesa. É preciso, no entanto, ter consciência que, nestes últimos cinco anos, África já tem sido uma prioridade da União Europeia. Tem sido, aliás, uma constante dos trabalhos dos Deputados do PSD no Parlamento Europeu e foi assumida, com resultados práticos palpáveis, pelo Presidente do PE, Antonio Tajani.

É essencial que se esteja consciente de que, em 2021, **o Fundo Europeu de Desenvolvimento e o Plano de Investimentos para África** já deverão estar aprovados. Trata-se de um verdadeiro plano Marshall para África. Isso obriga a que a nossa preparação tenha já em conta o novo leque de possibilidades aberto por esse Fundo e esse Plano.

O PSD entende, porém, que a presidência portuguesa não se deve fechar numa única prioridade distintiva. Assim, deveria assumir, a par e passo desta, uma outra, essencialmente ligada ao **Mar e à Economia Azul**. De resto, a possibilidade de as duas prioridades se potenciarem é enorme. É fundamental perceber que a sensibilidade de muitos Estados-membros para as questões marítimas é reduzida, que com a saída do Reino Unido vai ser ainda menor e que esse é o nosso grande activo estratégico.



